

ESTUDO TÉCNICO PRELIMINAR

1. INTRODUÇÃO

O presente documento caracteriza a primeira etapa da fase de planejamento e apresenta os devidos estudos para a contratação de solução que atenderá à necessidade da **CONSTRUÇÃO DO CAMPO DE FUTEBOL DO SÃO PAULO NO MUNICÍPIO DE PARINTINS - AM.**

A presente demanda fundamenta-se na premissa de que a importância deste equipamento público transcende a execução de um espaço físico, consolidando-se como um instrumento estratégico para o fortalecimento dos laços sociais e para a construção de uma identidade comunitária sólida. Este objeto é fundamental para promover a inclusão social, permitindo a convergência de cidadãos de diferentes origens e idades para o compartilhamento de experiências coletivas. Tal interação é essencial para estabelecer um senso de pertença e solidariedade entre os moradores, garantindo que a infraestrutura cumpra a sua função social de integração e valorização do capital humano local.

2. DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

A presente demanda fundamenta-se na necessidade imperativa de dotar o Bairro Paulo Correa de um equipamento público tecnicamente adequado ao esporte e lazer, suprimindo o atual déficit de infraestrutura que compromete o desenvolvimento de atividades desportivas e a segurança dos usuários. A ausência de elementos estruturais normatizados impede a plena utilização do espaço, tornando a intervenção indispensável para os seguintes objetivos:

Instituir um ambiente seguro e qualificado: Estabelecer uma infraestrutura de alto desempenho, com superfícies de jogo e áreas de circulação que sigam padrões técnicos de engenharia, garantindo a integridade física dos atletas e a durabilidade do patrimônio público;

Garantir a proteção perimetral e o controle de acesso: Implementar um sistema de cercamento técnico (alambrado) em tubos de aço galvanizado e telas de alta resistência, essencial para proteger o entorno e as propriedades confrontantes contra a projeção de materiais esportivos, além de inibir o uso indevido da área;

Prover condições de acessibilidade e acomodação: Viabilizar a execução de estruturas de arquibancada em concreto armado, projetadas para suportar as cargas de ocupação pública com conforto e segurança, permitindo a realização de eventos comunitários e competições organizadas;

Fomentar a inclusão social e o bem-estar coletivo: Utilizar a oferta de infraestrutura qualificada como ferramenta estratégica de saúde pública e integração social, combatendo a

ociosidade e promovendo a valorização urbana do Bairro Paulo Correa através da requalificação de seus espaços de convivência.

3. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

A contratação objeto deste Estudo Técnico Preliminar apresenta os seguintes requisitos:

- a.** Definição do local de execução dos serviços, a saber: endereço indicado no objeto deste documento;
- b.** Definição dos serviços a serem executados, dos materiais a serem aplicados e/ou substituídos, de acordo com as determinações dos projetos, dos memoriais descritivos e das especificações técnicas, a serem atendidas pela empresa denominada CONTRATADA, quem executará o serviço;
- c.** Definição da metodologia executiva a ser adotada, de acordo com as normas técnicas vigentes e recomendações dos fabricantes;
- d.** Definição do orçamento e do prazo de execução da obra, com detalhamento de marcos intermediários e finais das etapas, definidos no cronograma físico-financeiro da obra;
- e.** A CONTRATADA, executará os serviços, conforme quantitativos previstos nos projetos;
- f.** Certidão de registro/quitação da CONTRATADA junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA)/ Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), a qual deverá constar os nomes dos profissionais que poderão atuar como responsáveis técnicos pelos serviços a serem executados, conforme disciplina a Resolução 425/98 do Conselho Federal de Engenharia e Agronomia (CONFEA), artigo 4º, parágrafo único;
- g.** Comprovação de aptidão técnica, consistente na apresentação de uma ou mais certidões de acervo técnico expedidas pelo CREA/CAU, em nome dos profissionais que exercerão a função de responsáveis técnicos, comprovando a execução de obra ou serviço com características similares ao objeto a ser contratado, mediante apresentação de Atestado de Capacidade Técnico-profissional;
- h.** Apresentação, por parte da CONTRATADA, de Atestado de Capacidade Técnicooperacional, comprovando a realização de obras ou serviços com características similares ao objeto a ser contratado;
- i.** Definição de cláusulas e condições para a execução dos serviços que possibilitem à contratada efetivar o planejamento para a execução dos serviços em conformidade com a logística e infraestrutura existentes no mercado, e, dessa forma, possibilitar a obtenção de preços

mais competitivos para a contratação;

j. Cumprimento, por parte da CONTRATADA, do Plano de Gerenciamento de Resíduos, garantindo a correta destinação destes.

4. LEVANTAMENTO DE MERCADO

Em concordância com o inciso V do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/2021: “Levantamento de mercado, que consiste na análise das alternativas possíveis, e justificativa técnica e econômica da escolha do tipo de solução a contratar”. Considerando essa fundamentação e em consideração as características do objeto a ser contratado, entende-se que a melhor solução para a contratação seja a execução indireta da seguinte forma:

a. Da modalidade de licitação “PREGÃO”

A análise abrange aspectos técnicos, econômicos e logísticos, garantindo a melhor opção para a execução do projeto. É sabido que para a contratação do objeto pretendido, considerando o valor estimado, há formas distintas de modalidades licitatórias, nos moldes da Lei nº 14.133/2021. As alternativas incluem dispensa de licitação de pequeno vulto, pregão eletrônico e concorrência eletrônica/presencial.

A Dispensa de Licitação de Pequeno Vulto excede os limites estabelecidos para despesas de pequeno vulto previstas no art. 75, I, da Lei nº 14.133/2021. A dispensa de licitação é aplicável quando o valor estimado da contratação é relativamente baixo, simplificando o processo ao dispensar formalidades mais rigorosas. No entanto, essa dispensa não se aplica ao caso em questão devido ao valor estimado preliminarmente. Já no que se refere ao Pregão Eletrônico, modalidade de licitação especialmente voltada para aquisição de bens e serviços comuns, incluindo os de engenharia, baseia-se na disputa de preços entre os licitantes. É uma opção ágil e transparente, adequada para contratações de obras de engenharia que se enquadrem na definição de bens e serviços comuns.

A legislação, também, apresenta como opção o Sistema de Registro de Preços (SRP), indicado quando há previsão de contratações recorrentes do mesmo item. Essa modalidade permite a aquisição escalonada, conforme a demanda, contribuindo para a redução de estoques e custos, mas não se aplica ao presente caso. Em concordância com a lei nº 14.133 de 1º de abril de 2021 - Lei de Licitações e Contratos Administrativos, a modalidade de licitação – pregão, é obrigatória para aquisição de bens e serviços comuns, cujo critério de julgamento poderá ser o de menor preço ou o de maior desconto, sempre que o objeto possuir padrões de desempenho e qualidade que possam ser objetivamente definidos pelo edital, sendo que não se

aplicará às contratações de serviços técnicos especializados de natureza, predominantemente, intelectual e de obras e serviços de engenharia, desde que estes não se qualifiquem como comuns.

A própria lei, na alínea a), do inciso XXI, do art. 6º, estabelece que o serviço comum de engenharia se enquadra como todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens. De acordo com o Instituto Brasileiro de Auditoria de Obras Públicas – IBRAOP, na orientação técnica (OT) - IBR 002/2009 - Obra e serviço comum de Engenharia, define:

As obras comuns de engenharia são, portanto, aquelas obras (i) corriqueiras, (ii) de baixa complexidade técnica, (iii) e de menor risco de engenharia, (iv) quase sempre de pequeno e médio portes, para as quais (v) não exista qualquer dificuldade para se estabelecer as especificações técnicas, os memoriais descritivos dos serviços e os respectivos padrões de qualidade desejados pela Administração. São aquelas cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos sejam (vi) usuais e para as quais (vii) exista grande número de fornecedores e de executores (empresas e profissionais) no mercado local ou regional (que é aquele mercado que costuma suprir a demanda no caso de obras de pequeno e médio portes).

Neste estudo, o presente objeto tem a natureza de obra caracterizada como serviços comum de engenharia, por se tratar de uma construção do Campo de Futebol do São Paulo, no município de Parintins-AM, cujos materiais, equipamentos e métodos construtivos são usuais e para qual possui um grande número de fornecedores e executores no mercado local. À vista disso, opta-se pela escolha da modalidade “pregão”, uma vez justificado pelo embasamento teórico em literatura disponível, conjuntamente à Lei nº 14.133 de 2021, bem como pela possibilidade de celeridade e eficiência do certame, podendo resultar em economia de recursos para a administração pública em termos de qualidade, preço, prazo e condições de pagamento. Portanto, a modalidade pregão será realizada sob forma eletrônica, uma vez que o art.17, §2º da Lei n.14.133/2021 dispõe que as licitações sejam realizadas.

b. Do critério de julgamento “MENOR PREÇO”

A modalidade de Pregão, destinada à contratação de bens e serviços comuns, incluindo serviços comuns de engenharia, utiliza-se dos critérios de julgamento estabelecidos no Art. 33 da Lei nº 14.133/21, tais como menor preço ou maior desconto. Esses critérios, integrados ao rol de opções de julgamento da nova Lei de Licitações — que inclui também melhor técnica ou conteúdo artístico e maior retorno econômico — são definidos com o objetivo de considerar todo o ciclo de vida do objeto, de forma a escolher a proposta que ofereça o melhor resultado e

a maior vantagem para a Administração Pública.

O critério de menor preço é frequentemente adotado por ser o mais vantajoso, pois aumenta a competitividade entre as empresas participantes e assegura que a proposta vencedora atenda aos requisitos do edital com o menor custo possível, resultando em economia para a Administração Pública. A configuração adotada é a forma de Pregão, do tipo Menor Preço Global, regime de execução Empreitada por Preço Global. A contratação em comento não tem caráter continuado, devendo ter a duração definida a partir do cronograma de execução e dos procedimentos inerentes à gestão e fiscalização contratual, com recebimentos provisórios e definitivos das etapas da obra.

Em conclusão, a estratégia adotada é adequada e promissora, promovendo a efetiva execução das obras e o atendimento das necessidades de esporte, lazer e integração social da população do Bairro Paulo Correa, em especial dos grupos em situação de vulnerabilidade.

5. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

Esta contratação destina-se à Campo de Futebol do São Paulo, no município de Parintins-AM. Tais serviços constarão resumidamente em:

- Administração da obra;
- Serviços preliminares;
- Movimento de terra;
- Infraestrutura;
- Superestrutura;
- Impermeabilizações;
- Pintura;
- Paredes e painéis;
- Tela alambrado do campo;
- Limpeza final da obra.

A construção ocorrerá em conformidade com o previsto no projeto básico, memoriais descritivos, especificações técnicas, planilhas orçamentárias e cronograma físico-financeiro, que são elaborados pelo setor competente. Lembrando que, anteriormente, já se demonstrou que a melhor forma de execução dos serviços é a indireta, através de empreitada por preço unitário.

6. ESTIMATIVA DO PREÇO DA CONTRATAÇÃO

A estimativa de preços da contratação será compatível com os quantitativos levantados no projeto básico e com os preços estabelecidos pelo Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Secretaria Municipal de Projetos e de Desenvolvimento - CNPJ 04.329.736/0001-69.
Rua Silva Meireles, 1732 – Centro, Parintins - Amazonas - CEP 69.151-280.
Email:seprodparintins@gmail.com.

Índices da Construção Civil (SINAPI), sendo este disponibilizado em relatórios/planilhas, informando os custos e os índices da Construção Civil no Brasil, recomendado para orçamento de obras em geral, mantido pela Caixa Econômica Federal (CEF) e pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Tal sistema de custos de construção civil é disponibilizado na internet pela CEF.

Preliminarmente, baseado em orçamento prévio estimativo, o valor previsto para a contratação da construção é de **R\$ 1.210.419,04 (um milhão, duzentos e dez mil e quatrocentos e dezenove reais e quatro centavos)**.

7. JUSTIFICATIVA PARA PARCELAMENTO

O parcelamento da solução não é recomendável, devendo optar-se pela via alternativa, por ser o ideal no caso em pauta, do ponto de vista da eficiência técnica, haja vista que o gerenciamento da obra permanecerá sempre a cargo de um único contratado, resultando num maior nível de controle da execução dos serviços, por parte da administração, concentrando a responsabilidade da obra e a garantia dos resultados numa única pessoa jurídica.

Ressalte-se que, em obras com serviços inter-relacionados, o atraso em uma etapa construtiva implica em atraso nas demais etapas, ocasionando aumento de custo e comprometimento dos marcos intermediários e da entrega da obra. A divisão gera perda em escala, não amplia a competitividade e não melhora o aproveitamento do mercado.

Pelo fato do presente projeto tratar-se de uma obra sem alta complexidade e grandes demandas, não há viabilidade técnica na divisão dos serviços, que em sua maioria são interdependentes, devendo ser executados por uma mesma empresa para garantir a responsabilidade técnica dos serviços. Também não há viabilidade econômica, pois a tendência é que o custo seja reduzido para obras maiores em função da diluição dos custos administrativos e lucro.

Desta forma, pelas razões expostas, recomenda-se que a contratação não seja parcelada, por não ser vantajoso para a administração ou por representar possível prejuízo ao conjunto do objeto a ser contratado.

8. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS PRETENDIDOS

Em acordo com inciso IX do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, menciona-se a seguinte fundamentação: “Demonstrativo dos resultados pretendidos em termos de economicidade e de melhor aproveitamento dos recursos humanos, materiais e financeiros disponíveis”.

Tal citação assegura que as intervenções resultem no melhor aproveitamento para atender

Secretaria Municipal de Projetos e de Desenvolvimento - CNPJ 04.329.736/0001-69.

Rua Silva Meireles, 1732 – Centro, Parintins - Amazonas - CEP 69.151-280.

Email:seprodparintins@gmail.com.

à execução do projeto.

A CONTRATADA deverá atender todos os requisitos estabelecidos no Edital de Licitação, Termo de Referência e Projeto Básico.

A contratação deve ter resultados positivos, com a melhor prática de execução dos serviços de obras da execução, de acordo com o Projeto Básico, mantendo-se o padrão de qualidade.

9. PROVIDÊNCIAS AO CONTRATO

A administração tomará as seguintes providências, logo após a assinatura do contrato:

- Definir os servidores que farão parte da equipe de fiscalização das obras;
- Indicar servidores devidamente capacitados para exercer a fiscalização;
- Realizar acompanhamento rigoroso das ações previstas nos projetos apresentados para a realização das adequações e melhorias no objeto a ser contratado.
- A CONTRATADA se responsabilizará pelo prazo legal de garantia de 05 (cinco) anos pela solidez e segurança do trabalho realizado, conforme art. 618 do Código Civil e o art. 12 da Lei nº 8.078/90 (Código de Defesa do Consumidor) contado da data de emissão do TERMO DE RECEBIMENTO DEFINITIVO.

10. IMPACTOS AMBIENTAIS

Conforme o inciso XII do § 1º do art. 18 da Lei 14.133/21, tem-se o seguinte fundamento:

Descrição de possíveis impactos ambientais e respectivas medidas mitigadoras, incluídos requisitos de baixo consumo de energia e de outros recursos, bem como logística reversa para desfazimento e reciclagem de bens e refugos, quando aplicável.

O procedimento para contratações públicas busca sempre o melhor para o interesse público; tal conceito vai além do mero cotejo de menores preços. Para analisar os benefícios do processo, torna-se necessário avaliar os impactos positivos e negativos na aquisição quanto a:

- a) A observância de normas e critérios de sustentabilidade;
- b) O emprego apurado dos recursos públicos;
- c) Conservação e gestão responsável de recursos naturais;
- d) Uso de agregados reciclados, sempre que existir oferta;
- e) Remoção apropriada dos resíduos conforme normas de Controle de Transporte de Resíduos;
- f) Observância das normas de qualidade e certificação nacionais e públicas, como as do Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia (INMETRO) e da Associação

Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

No art. 45 da Lei nº 14.133/21, determina-se que as obras e serviços de engenharia deverão respeitar, especialmente, as normas relativas à disposição final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos gerados pelas obras contratadas; mitigação por condicionantes e compensação ambiental; utilização de produtos, de equipamentos e de serviços que, comprovadamente, favoreçam a redução do consumo de energia e de recursos naturais; avaliação de impacto de vizinhança; proteção do patrimônio histórico, cultural, arqueológico e imaterial, inclusive por meio da avaliação do impacto direto ou indireto causado pelas obras contratadas; e acessibilidade para pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida.

Na mesma acepção, o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), por meio da Resolução nº 307/2002, define resíduos da construção civil como aqueles provenientes de construções, reformas, reparos e demolições de obras de construção civil, e os resultantes da preparação e da escavação de terrenos, tais como: tijolos, blocos cerâmicos, concreto em geral, solos, rochas, metais, resinas, colas, tintas, madeiras e compensados, forros, argamassa, gesso, telhas, pavimento asfáltico, vidros, plásticos, tubulações, fiação elétrica etc., comumente chamados de entulhos de obras, caliça ou metralha, ou seja, qualquer resíduo resultante de obra que possa impactar negativamente o meio ambiente.

Perante esse viés, a contratação pretendida nesta empreitada caracteriza-se como obra de engenharia e a sua execução implicará diretamente na geração de resíduos de construção civil, de modo que deverá a futura CONTRATADA empreender esforços para minimizar a produção de resíduos, providenciando a sua destinação adequada, visando mitigar possíveis danos ambientais.

Tal entendimento consta do art. 6º, inciso XXV da Lei nº 14.133 de 2021, que dispõe sobre o Termo de Referência conter o conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado para definir e dimensionar a obra, de modo que assegure o tratamento apropriado do impacto ambiental.

À face do exposto, na execução da obra deverá a CONTRATANTE e a CONTRATADA observar as normas de proteção ambiental, cabendo à primeira fiscalizar quanto ao estrito cumprimento da legislação, e à segunda respeitar as leis ambientais na implementação da obra.

11. MAPA DE RISCO

RISCO	DESCRIÇÃO DO IMPACTO	AÇÃO PREVENTIVA RESPONSÁVEL	AÇÃO DE CONTIGÊNCIA RESPONSÁVEL
Execução do objeto contratual em desacordo com o contrato.	Falha no atendimento das necessidades da PREFEITURA. Solução diversa da proposta nos instrumentos convocatórios	Fiscalização mensal a ser realizada pela CONTRATANTE. Determinação clara do objeto contratual. Capacitar a equipe de fiscalização do contrato para identificar fraudes com maior facilidade.	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas à aplicação de penalidades contratuais.
Atrasos na execução do contrato ou baixa produtividade.	Aumento do custo e demora na entrega obra. Descontinuidade dos serviços.	Fiscalização mensal, trimestral ou semestral a ser realizada pela CONTRATANTE	Durante a vigência do contrato, instauração de procedimento de inadimplência contratual, com vistas a aplicação das penalidades contratuais.
Períodos de chuva fora da previsibilidade local.	Aumento de custos e atraso no cronograma por caso fortuito ou força maior.	NÃO HÁ.	Caberá a CONTRATANTE análise das circunstâncias e ações possíveis.
Contratação de empresa sem capacidade de executar o contrato.	Dificuldades na execução contratual, com o não cumprimento adequado do objeto.	Realizar análise criteriosa da qualificação técnica e econômico-financeira da empresa.	Avaliar adequadamente a empresa.
Execução do objeto em desacordo com o contrato.	Não atendimento da demanda do órgão.	Realização de gestão e fiscalização adequada.	Capacitação da equipe de fiscalização.
Falta de pagamento à contratada.	Insatisfação da contratada. Descumprimento contratual.	Realizar a análise prévia do orçamento. Realizar gerenciamento e controle do orçamento destinado ao contrato.	Verificar periodicamente o desempenho financeiro do contrato e capacidade de desembolso do órgão

12. VIABILIDADE DA CONTRATAÇÃO

Os estudos preliminares evidenciam que a contratação da solução ora descrita, ou seja, de empresa de engenharia para execução de Construção do Campo de Futebol do São Paulo no município de Parintins - AM, mostra-se tecnicamente possível e fundamentadamente necessária.

Diante do exposto, declara-se ser viável a contratação pretendida.

Parintins, 05 de junho de 2026.

Responsável Técnico: